

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Disciplina de Direito da Concorrência Avançado – tópicos
correção – exame 20 junho 2023

I

1.

- Distinguir reforma na parte substantiva e parte processual
- Contextualizar reforma – direito comparado Estados UE e Direito da UE
- Alternativas a decisões sancionatórias– identificar e caracterizar
- Atuações diversas da investigação de infrações por parte de autoridades de concorrência – identificar e caracterizar
- Alterações regime concentrações
- Alterações regime de recursos
- P. oportunidade vs legalidade – problemas – alcance e visão transversal

2.

- Direito concorrência e ICN – perspectiva geral e contextualizar
- Razões de expansão internacional direito da concorrência
- Direito da concorrência em países em vias de desenvolvimento – problemas e oportunidades – especificar
- Problematizar especialidades enforcement ou regime de direito da concorrência em PVD
- Regimes de transição em PVD

3.

- Justificação processos alternativos de enforcement – contextualizar de modo pormenorizado
- Identificar principais riscos associados a esses processos
- Problematizar de modo pormenorizado princípios de proporcionalidade/e Não auto-incriminação em certas áreas
- Private enforcement – fatores determinantes
- Private enforcement – riscos principais
- Public enforcement e competition advocacy e seu alcance

II

- Ligações entre reformas da regulação europeia de comunicações eletrónicas (CE) e direito da concorrência e razões específicas para tal face aos objetivos dessas reformas
- Operadores com poder de mercado significativo vs posição dominante
- Definições de mercado na regulação das CE
- Delimitação de atuações de autoridades regulação setorial de CE e de autoridades de concorrência e cooperação entre estas autoridades
- A mais recente reforma da regulação de CE e os seus novos objetivos além da liberalização
- Salvaguarda de inovação tecnológica na regulação das CE
- Remedies na regulação de CE e no direito da concorrência
- Principais evoluções mais recentes do direito nacional de regulação de CE vs direito europeu